VI - apoio à execução da metodologia de Atendimento à Pessoa Custodiada - APEC, em articulação com equipe multidisciplinar.

Parágrafo único. As funções elencadas nos incisos deste artigo serão realizadas de forma igualitária para todas as unidades judiciárias integrantes da Secretaria Unificada.

Art. 13. O Núcleo 3 - Cumprimento/Cautelares responderá pelas seguintes atribuições:

I - cumprimento de todo expediente referente aos inquéritos policiais/ associados/ procedimentos cautelares (expedição de documentos);

II - atualização de certidões;

III - mandados de prisão;

IV - cumprimento de todas as ordens judiciais;

V - controle do fluxo de autos referentes aos procedimentos cautelares.

Parágrafo único. As funções elencadas nos incisos deste artigo serão realizadas de forma igualitária para todas as unidades judiciárias integrantes da Secretaria Unificada.

Art. 14. Cada núcleo será gerenciado por um gerente de secretaria das unidades unificadas e composto por equipe definida de acordo com a parametrização dos servidores.

Parágrafo único. Permanecerá sob a responsabilidade de cada um dos gerentes de secretaria envolvidos as seguintes tarefas específicas de suas unidades jurisdicionais de origem:

I - controle das atividades administrativas da unidade;

II - expedientes devolvidos pelo gabinete judicial;

III - verificação de relatório estatístico;

IV - procedimentos físicos remanescentes;

V - demais tarefas definidas pelo Juiz Coordenador;

VI - expedição de alvarás de soltura.

Art. 15. Poderá ser autorizada a realização de jornada extraordinária para os servidores integrantes da Secretaria Unificada do Juiz das Garantias e Audiência de Custódia, nos termos da Portaria Conjunta da Presidência nº 76, de 17 de março de 2006.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pelo Corregedor-Geral de Justiça.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 1º de setembro de 2025.

(a) Desembargador ESTEVÃO LUCCHESI DE CARVALHO
Corregedor-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 8.548/CGJ/2025

Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Três Corações para fiscalização dos serviços notariais e de registro.

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVII do art. 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 14 a 43 do Provimento nº 355, de 18 de abril de 2018, que "Institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais";

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguir com a realização dos trabalhos correccionais, em cumprimento às metas estabelecidas no Plano de Ações de Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro da CGJ;

CONSIDERANDO o que ficou consignado no Processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0184991-06.2025.8.13.0000,

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Três Corações, no período de 8 a 12 de setembro de 2025, com a finalidade de fiscalizar os serviços notariais e de registro, para verificação de sua regularidade e para o conhecimento de denúncias, de reclamações ou de sugestões apresentadas.

Art. 2º Ficam delegados poderes para a realização dos trabalhos de inspeção aos Juizes Auxiliares da Corregedoria-Geral de Justiça - CGJ Marcela Oliveira Decat de Moura, Simone Saraiva de Abreu Abras e Wagner Sana Duarte Moraes, nos termos dos incisos II, III e IV do art. 29 da Lei Complementar estadual nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que "Contém a organização e a divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais".

Art. 3º Os servidores André Lúcio Saldanha, Arlette Otero Fernández Bornaki, Bárbara Peixoto da Silva, Christianne de Melo Lemos, Eduardo Gazola Araújo, João Batista Alves dos Santos, Karine Bissiatte Monteiro, Katiane Avelar Castro, Leonard de Melo Loures, Mara Carmen de Abreu Mazzoni, Márcia Maria e Silva, Marisol Lúcia Cardoso, Nádia Moreira Santiago, Rosemeire de Lourdes Silva, Sônia Paula Bento e Thaís Jordane de Miranda ficam designados para auxiliar na realização dos trabalhos de inspeção.

Art. 4º Os juizes de direito, os servidores, os notários e os registradores da Comarca de Três Corações prestarão integral apoio aos Juizes Auxiliares e à equipe de Técnicos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 2 de setembro de 2025.

(a) Desembargador ESTEVÃO LUCCHESI DE CARVALHO
Corregedor-Geral de Justiça

DIREÇÃO DO FORO - COMARCAS DO INTERIOR

COMARCA DE CARANGOLA

EXTRATO DA PORTARIA Nº 8872/2025

O Exmo JUIZ DE DIREITO DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE CARANGOLA, em substituição legal, no uso de suas atribuições legais, resolve instaurar Sindicância Administrativa em desfavor de M.Q.M. para apuração dos fatos noticiados no processo SEI nº 0156021-82.2025.8.13.0133, designando os servidores efetivos e estáveis Renard Guimarães da Costa Souza, matrícula 10231076 e Joserson Batista de Castro - matrícula 1012710-0 para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Sindicante que deverá iniciar e ultimar, nos prazos e forma legais, os trabalhos atinentes ao procedimento, observados os ditames da lei.

Carangola, 1º de setembro de 2025.

(a) NILTON JOSÉ GOMES JÚNIOR
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Carangola

COMARCA DE CARATINGA

EXTRATO DA PORTARIA Nº 43/2025

O JUIZ DE DIREITO DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE CARATINGA, no uso de suas atribuições legais, resolve instaurar Sindicância Administrativa em desfavor de J.B.C., para apuração dos fatos noticiados no processo nº 5013637-08.2025.8.13.0134, designando a servidora efetiva e estável Priscila de Jesus Souza, matrícula nº F0336594 para compor a Comissão Sindicante que deverá iniciar e ultimar, nos prazos e forma legais, os trabalhos atinentes ao procedimento, observados os ditames da lei.

Caratinga, 26 de agosto de 2025.

(a) JORGE ARBEX BUENO
Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Caratinga

COMARCA DE MONTE CARMELO

EXTRATO DA PORTARIA Nº 21/2025

A Juíza de Direito Diretora do Foro da Comarca de Monte Carmelo – Tainá Silveira Cruvinel - no uso das atribuições legais, resolve baixar Portaria instaurando Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de A.L.R.M., para apuração dos fatos noticiados no processo SEI nº 0238122-92.2024.8.13.0431, designando as servidoras efetivas e estáveis Mariana Lucindo,